



A Notícia sobre Meio Ambiente em Análise: O Esclarecimento de Conceitos e a Verificação da Construção de Sentidos do Discurso utilizado pelo Jornalismo Ambiental na Mídia Impressa¹

Eloísa Beling Loose²

Universidade Federal de Santa Maria

Resumo

As notícias relativas ao Meio Ambiente ganham espaço dia-a-dia nos meios de comunicação, mas, poucas vezes, recebem o tratamento adequado na construção jornalística. O objetivo desse trabalho é esclarecer os conceitos de Jornalismo Ambiental e Científico e desvelar de que forma o discurso usado pela mídia impressa constrói os efeitos de sentido presente no discurso jornalístico sobre o Meio Ambiente. Para tanto, usou-se de certos preceitos da Análise do Discurso da Escola Francesa com o intuito de estabelecer subsídios para a maior e melhor compreensão da organização dos elementos instituídos no discurso jornalístico inserido no campo da informação científica.

Palavras-chave

Mídia Impressa; Jornalismo Científico; Jornalismo Ambiental; Análise do Discurso;

A cada dia que passa mais problemas ambientais transparecem no nosso cotidiano. São questões relativas a poluição do ar e da água, escassez de recursos hídricos, consumismo desenfreado, destino do lixo, aquecimento global, a manipulação inescrupulosa dos genes, a destruição da atmosfera e da biodiversidade, enorme concentração de pessoas nos centros urbanos, entre outras. Esses fatos, devido às suas dimensões inter-multi-transdisciplinares, acabam-se interligando com a política, a economia, as relações internacionais e os interesses privados, gerando um conflito sensacional que não pode deixar de ser noticiado.

O que se deve deixar claro é que a notificação da temática ambiental não pode ser resumida às catástrofes, fenômenos e belezas naturais. É comum notarmos na mídia a indiferença com os conteúdos que abrangem os estragos não-espetaculosos, com aqueles que, aparentemente, não irão fazer seu público se horrorizar, escandalizar ou temer o futuro. O espaço destinado ao Meio Ambiente, quando existente, traz

1.Trabalho apresentado no Intercom Júnior, na sessão correspondente à sub-área do campo comunicacional denominada Jornalismo e Editoração.

2.Acadêmica de Comunicação Social – habilitação Jornalismo da Universidade Federal de Santa Maria. Orientanda do Professor Adair Caetano Peruzzolo. Integrante do Programa de Educação Tutorial (PET). E-mail: elo_ufsm@yahoo.com.br.



informações que acionam a desesperança ou apenas mero entretenimento (quando são noticiadas aspectos curiosos de animais e evidenciadas belezas naturais, por exemplo).

Além da falta de espaço destinada à cobertura ambiental, há de atentar-se para o tratamento dado a ela. André Trigueiro (2006, <http://>) revela sua opinião sobre o posicionamento dos profissionais que atuam nessa área:

“assim como não sou imparcial com a corrupção e a escravidão, não sou imparcial com a insustentabilidade. Nesse sentido, o Jornalismo (Ambiental) precisa se posicionar com clareza em defesa da vida, e da qualidade de vida”.

Com o aumento das notícias apresentadas na mídia ligadas à temática ambiental, acredito ser pertinente a Análise do Discurso Ambiental remetida à população. A divulgação da informação científica, mais pontualmente do Meio Ambiente, requer artifícios específicos para que haja, de fato, uma compreensão adequada por parte do público leitor. Assim sendo, o presente trabalho analisa uma matéria jornalística, tida como ambiental pelo veículo que a publicou, em busca de detectar especificidades e efeitos de sentido existentes no Discurso Ambiental.

A dita análise será exemplificada através da matéria publicada no jornal Folha de São Paulo, na editoria “Folha Ciência”, subeditoria “Ambiente”, do dia 1º de fevereiro do ano corrente. Ela está transposta na íntegra e denomina-se “Assassino de sapos invade a mata atlântica”. Sua autoria é do repórter Reinaldo José Lopes:

Como se os anfíbios da mata atlântica já não tivessem problemas suficientes, o fungo que está sendo considerado um dos principais responsáveis pelo desaparecimento de muitas espécies do grupo acaba de ser identificado em várias áreas do ecossistema mais ameaçado do Brasil.

Os dados, levantados por pesquisadores do Brasil e da Costa Rica ao analisar exemplares de sapos, rãs e pererecas preservados em museus, indicam que pelo menos cinco espécies da mata atlântica já estão contaminadas pelo fungo parasita *Batrachochytrium dendrobatidis*.

Embora peça cautela ao interpretar os resultados, Ana Carolina Carnaval, pesquisadora da Universidade da Califórnia em Berkeley que coordena o estudo, diz que se trata de "um alerta, um sinal amarelo". A urgência pode ser ainda maior quando se leva em conta que parece haver uma correlação entre o aquecimento global e a expansão do fungo pelo mundo. "Os dados disponíveis no Brasil são condizentes com a idéia da interação fungo-clima levando a declínios populacionais, ainda que não a comprovem", diz ela.

Há outros motivos para preocupação além da mera presença do parasita, que só foi achado no país pela primeira vez no ano passado, em Camanducaia (MG). Os espécimes infectados vieram de lugares tão distantes quando Pernambuco e o litoral de São Paulo e dos mais variados relevos, do nível do mar até montanhas com 2.400 m de altura.

Portanto, podem ser apenas a ponta do iceberg --e isso num ecossistema que já perdeu 93% da área original e no qual 60% das mais de 450 espécies de anfíbios são endêmicas, ou seja, só podem ser achadas ali.

Quem procura acha

Carnaval conta que os resultados não a surpreenderam. Até então faltava um esforço para identificar o fungo no país, mesmo porque ele é um tema relativamente novo de pesquisa. "No ano passado, um herpetólogo [especialista em anfíbios e répteis] equatoriano, Santiago Ron, usou as características climáticas dos locais onde havia o fungo para prever sua ocorrência em áreas até então não estudadas. E a probabilidade resultou alta para toda a mata atlântica. Esse trabalho foi o empurrão que faltava para a gente", diz.

A equipe, que inclui também Vanessa Verdade e Miguel Rodrigues, da USP, Oswaldo Peixoto, da Universidade Federal Rural do Rio, e Robert Puschendorf, da Universidade da Costa Rica, examinou a pele de 96 exemplares de museu, pertencentes a 25 espécies, em busca de anormalidades ligadas à infecção. O método é menos preciso do que uma análise de DNA, por exemplo, o que significa que mais animais poderiam estar contaminados.

Outro dado sombrio: o primeiro registro de contaminação entre os espécimes de museu, de 1981, coincide com as primeiras quedas populacionais entre anfíbios no Brasil, as quais também estão ligadas a anomalias climáticas. Ainda é cedo para dizer o que isso significa, segundo a pesquisadora.

J. Alan Pounds, pesquisador que apresentou há duas semanas indícios ligando o aquecimento global à expansão do fungo, comemorou a pesquisa de Carnaval e seus colegas. "É um trabalho muito bom", diz Pounds, da Reserva de Floresta Tropical de Altitude de Monteverde, na Costa Rica. Já Reuber Brandão, biólogo do Ibama, diz que os resultados preocupam. "Eles podem até representar uma mudança na postura com que o tema dos anfíbios ameaçados vinha sendo tratado pelos herpetólogos brasileiros."

Os cientistas, conta, andaram rebatendo estimativas altas de espécies sob risco no país. "Esse trabalho da Ana mostra que, embora não tenhamos certeza sobre riscos imediatos de declínio, os anfíbios brasileiros estão mais ameaçados do que se imaginava."

"É um motivo premente para investir em conservação e pesquisa", afirma Carnaval. "Como precaução, eu colocaria todas as minhas fichas na proteção do que resta da mata atlântica. Nossos resultados só reforçam essa mensagem e mostram que a situação pode ser mais complicada do que imaginávamos até agora", diz a pesquisadora de Berkeley.

1. A Relevância da Divulgação Ambiental

O Jornalismo Ambiental é a tentativa de se explicar as ciências da vida e da Terra por meio de uma linguagem acessível, de fácil compreensão para os leigos, de modo a alertar a sociedade sobre os sinais de desgaste que o meio ambiente nos apresenta. Os jornalistas dessa área têm o intuito de conduzir os seus leitores, telespectadores, ouvintes e demais públicos à ação, contribuindo com a diminuição das agressões ambientais e preservando uma certa qualidade de vida. De acordo com Liana John (Ciência e Ambiente, 2001. p.88) "o papel desempenhado pelos jornalistas ambientais ultrapassa os limites da notícia e penetra no campo incerto da educação".



Assim, mais do que expor os fatos é necessário explicá-los e relacioná-los com a nossa convivência no meio. John (Ciência e Ambiente, 2001, p.88) ainda sinaliza o trabalho desse jornalista especializado:

“Cabe ao jornalista ambiental explicar novos conceitos, técnicas e tecnologias e descobrir que relação têm elas com a destruição ou preservação dos recursos naturais; com a integridade e funcionamento dos ecossistemas ou do meio ambiente urbano. Também cabe ao jornalista ambiental acolher e investigar denúncias e disseminá-las no meio mais adequado, provocando reações locais ou globais, conforme o caso”.

Essas funções exigem formação prévia e atualização constante, uma vez que esse campo é relativamente recente e ainda está em constante modificação, e muita responsabilidade, visto que a demanda é grande, o tempo escasso e as intenções das fontes nem sempre são as mais altruístas. A missão é difícil, utilizando-se de um termo de Liana John: “quixotesca”, mas é diante dessa situação que a idéia de transformar uma sociedade alheia aos seus problemas em outra provida de cidadania ambiental norteia os rumos do Jornalismo Ambiental.

A divulgação das notícias ambientais possibilita novas percepções sobre os impactos sentidos no dia-a-dia de nossas vidas e nos motiva a buscar alternativas para melhorias. “A divulgação da ciência é hoje instrumento necessário para consolidar a democracia e evitar que o conhecimento seja sinônimo de manipulação e poder” diz Ennio Candotti (Ciência e Ambiente, 2001, p.5) em menção à importância da veiculação dos acontecimentos da esfera científica (no que pode se enquadrar à esfera ambiental).

Outro ponto importante a ser evidenciado, conforme Fabíola de Oliveira (2002), é a contribuição do Jornalismo Científico (e aqui se enquadra o Ambiental também), além da cobertura de assuntos relativos à ciência e tecnologia, na compreensão de aspectos, fatos ou acontecimentos vinculados à política, à economia, à polícia e até aos esportes: “a ciência ajuda a entender os fenômenos sociais e a interpretar as causas e conseqüências dos fatos de interesse jornalístico” (OLIVEIRA, 2002, p.47).

Wilson Bueno (2006, <http://>) reafirma esta questão:

“O Jornalismo Ambiental, em essência, estabelece esta relação entre economia, sociedade, cultura, natureza e não exclui o homem do meio ambiente. Da mesma forma, não enxerga os recursos naturais como algo que se deva apropriar impunemente para fins de pesquisa ou para obtenção de lucros. O Jornalismo Ambiental tem



um olhar particular sobre o seu objeto e somos pretensiosos a ponto de julgá-lo o mais adequado”.

Oliveira (2002, p.48) também diz: “a informação científica permite ao jornalista visão mais sistêmica e contextualizada dos fatos noticiosos, ao contrário da visão fragmentada e descontinuada que muitas vezes predomina no noticiário”.

Os pontos enfocados nessa primeira parte enfocam a prática do Jornalismo Ambiental no espaço midiático como um todo, não podendo ser analisados a partir de uma única matéria, porém sendo válidos no momento em que proporciona uma visão ampla de um exercício pouco esclarecido.

2. As imbricações do Jornalismo Ambiental e do Científico

O Jornalismo Ambiental pode ser visto como um dos ramos do Jornalismo Científico (GIRARDI, 2006, <http://>), já que trata de uma área da ciência específica: o Meio Ambiente. É impossível falar de Jornalismo Ambiental sem mencionar o Jornalismo Científico. A nomeação do primeiro é recente, enquanto as bases e problemas comuns da prática de ambos já pertencem há anos ao segundo (o Jornalismo Científico surgiu por volta do século XVII com o objetivo de apresentar simplificada as atas e livros das sociedades científicas européias).

De acordo com os pesquisadores da área, a maior distinção entre o Jornalismo Ambiental e o Científico estaria na limitação deste último aos aspectos técnicos e científicos. O Jornalismo Ambiental distingue-se somente pela forma de olhar às ciências ambientais, privilegiando as fontes diretamente envolvidas com a ação, mas não excluindo àquelas relacionadas aos pontos técnico-científicos da mesma. Nesse contexto, vale ressaltar as conceituações de Jornalismo Científico grifadas e consagradas ao longo dos anos por estudiosos da área. O professor Wilson da Costa Bueno (1985, p.1422), engloba o campo da ciência e o da comunicação da seguinte maneira:

“[Jornalismo Científico é o] processo social que se articula a partir da relação (periódica/oportuna) entre organizações formais (editoras/emissoras) e coletividade (públicos/receptores) através de canais de difusão (jornal/revista/rádio/televisão/cinema) que asseguram a transmissão de informações (atuais) de natureza científica e tecnológica em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos)”.

Fabíola de Oliveira (2002) atenta para o fato de que a divulgação das informações científicas segue uma série de normas rígidas de padronização e normatização universal (estabelecidas especialmente na redação), além de ser mais árida



por não conter atrativos. A autora lembra que para prender a atenção dos leitores e ouvintes deve-se usar e abusar da metalinguagem, recurso excelente para aproximar o público leigo das informações científicas. A construção de comparações e outras formas de esclarecimento sobre os temas abordados requer pesquisa por parte dos envolvidos nessa produção devem ter em relação às informações. Os fatos a serem transmitidos devem proporcionar aos produtores a compreensão total de seu conteúdo pelos ouvintes, sendo necessário para tanto, como já foi citado, o aprofundamento do tema. A busca por toda contextualização do assunto, suas razões e conseqüências fornecem aos jornalistas (e, nesse caso, não só àqueles da área científica) uma transmissão mais esclarecedora dos fatos. Fabíola de Oliveira (2002, p.43) diz:

“O casamento maior da ciência e do jornalismo se realiza quando a primeira, que busca conhecer a realidade por meio do entendimento da natureza das coisas, encontra no segundo fiel tradutor, isto é, o jornalismo que usa a informação científica para interpretar o conhecimento da realidade”.

A decodificação da linguagem da ciência para a sua apresentação a um grande público heterogêneo e disperso de um pré-conhecimento comum implica a leitura de textos corretamente escritos, mas que sejam de fácil compreensão, sem uso excessivo de adjetivos, neologismos ou emprego de palavras difíceis, tornando possível todos os ouvintes incorporem a informação sem maiores dificuldades. Bond (*apud* ERBOLATO, 1991, p.26) declara que “a necessidade de interpretar e explicar as notícias é manifesta. A vida se tornou tão complicada e variada nas suas múltiplas atividades que mesmo os especialistas se desorientam em seus próprios campos de conhecimento”, o que reforça a idéia da importância do Jornalismo Científico para a circulação informativa de uma sociedade. O trabalho dos jornalistas transparece, dessa forma, imprescindível para possibilitar aos receptores à acessibilidade aos conhecimentos científicos e ambientais.

A funcionalidade do jornalismo científico enfrenta diversos obstáculos, o que já é fato constatado. As restrições impostas pelos pesquisadores são muitas, porém, àqueles que se dispõem a encarar o desafio de divulgar a ciência e a tecnologia devem saber (ou aprender) lidar com essas situações. Bueno (1988) é crítico em relação ao tema quando diz que o Jornalismo Científico deve ter em mente a democratização da ciência e não ser mera reprodução dos discursos que detém o poder em todos os níveis.

De acordo com o que foi posto, o Jornalismo Científico cumpre função social, ao situar a informação científica e tecnológica no contexto social de forma democratizada,



e também papel cultural, ao ultrapassar os limites da transmissão de fatos e resultados da ciência e tecnologia, para discutir os aspectos críticos de sua difusão em diferentes meios culturais. Adaptando a linguagem específica dos especialistas para um âmbito de acesso comum e cultivando as relações entre jornalistas e pesquisadores, o Jornalismo Científico demonstra sua relevância para a sociedade.

Assim, ressaltamos que da mesma forma atua o Jornalismo Ambiental, só que esse último limita-se a temas remetidos à sua própria nomeação, além de promover uma visão mais crítica do contexto, exercendo um jornalismo com vertente ativista, militante.

3. As práticas do Jornalismo Especializado em Ciência

Tanto o Jornalismo Científico como o Ambiental são práticas que necessitam cumprir o princípio básico da notícia, que é a informação a serviço do público, voltada para a inclusão social e política, conscientização acerca do que nos rodeia e formação de opinião. Suas diferenças alicerçam-se na constituição de seus formatos que devem elencar pequenos detalhes que atraíam e consolidem seu público específico.

O exercício do Jornalismo Científico encontra uma série de barreiras durante o seu fazer-se. Em primeiro lugar, há o já tão conhecido confronto entre profissionais da mídia e os especialistas no assunto. De acordo com Jesus de Paula Assis (Ciência e Ambiente, 2001) as tensões e estereótipos criados entre os dois lados da divulgação científica decorrem das especificidades de linguagem usadas na comunicação de cada um deles. Assis (Ciência e Ambiente, 2001, p.50) demonstra:

“Para uma parcela da comunidade de cientistas, o jornalista é malformado, mal-informado, apressado, e tem uma agenda própria que não inclui divulgação de conhecimento fundamentado. Tal agenda diria respeito a sua ascensão no jornal, que se dá pelo interesse que suas matérias possam despertar junto a seus superiores e junto a seu público. Para o jornalista, o cientista é lento, abstruso, oblíquo e arredo”.

Essa implicância gerada entre jornalistas da área e suas fontes de informação são decorrência de vários fatores, um deles a falta de interesse dos especialistas divulgarem a ciência ou devido ao sigilo existente em virtude da potencialidade da descoberta. Outro fator seria o distanciamento que há entre os dois profissionais de áreas diferentes, resultado da efemeridade da notícia em contraposição da permanência da informação científica. Essas dificuldades podem também ser notadas no desenvolvimento das notícias ambientais.

Articulado a essa questão está o fato da ciência já ter incorporado um caráter de inquestionabilidade, de verdade absoluta, o que faz com que as pessoas a julguem como superior e incompreensível. Talvez esse afastamento natural da ciência com o público leigo, seja a resposta do porquê os veículos de comunicação demonstram tanta resistência na divulgação das mencionadas informações. Nos jornais diários, segundo Assmann (*apud* SILVEIRA, 2003, p.127), “as notícias sobre ciência são publicadas em páginas de menor leitura” e “a publicação de material proveniente das agências de notícias também é um indício da falta de interesse na ciência nacional, o que só contribui para a desinformação e dependência”.

Ainda existem o sensacionalismo, a superficialidade e a falta de investigação jornalística que comprometem a tanto a imagem do Jornalismo Ambiental como a do Jornalismo Científico. Na matéria analisada nesse trabalho pude verificar, que ela avalia o fato enquanto catástrofe e alarme de perigo. A superficialidade da matéria pode ser notada quando não se encontram contextualizações da pesquisa, explicações sobre as relações com o clima, nem menções das soluções dadas em outras partes do mundo. A matéria centra-se no alarmante fato dos anfíbios brasileiros serem extintos e sua relação com as anomalias climáticas. As fontes da matéria são todos cientistas e o parágrafo final é um apelo para investimentos nessa área.

Podemos levantar outro ponto, defendido por S. Holly Stocking (*apud* MASSARANI *et alii*, 2005, p.162): o caso de os jornalistas tornarem a ciência mais exata do que ela realmente é. Conforme declara:

“Vários estudos (...) sustentam o ponto de vista de que as reportagens sobre os temas das ciências tendem a cometer menos advertências sobre as delimitações da pesquisa científica do que os relatos provenientes de cientistas. Outros estudos sugerem que as reportagens de ciência contêm menos conteúdo do que os outros tipos de informação, o que pode amenizar os exageros de afirmações individuais sobre as pesquisas (...). Os estudos também sugerem que as reportagens (...) transmitem considerável – que muitos poderiam qualificar como insustentável – certeza com relação aos resultados potenciais das pesquisas em andamento”.

Em virtude disso, podemos observar que, embora os jornalistas esbarrem em dificuldades com as fontes, e que especialistas também erram, há muitas falhas na conduta da prática jornalística no que se refere à ciência, visto que a investigação e descaso com a área podem introduzir conceitos distorcidos e criar opiniões sem apoio. Constatou-se que os veículos de comunicação também são responsáveis pela



superficialidade e indiferença às notícias dessa esfera, em função do uso contínuo de notícias das agências e mesmo pelo espaço reservado à temática, o que não se encaixa no caso da Folha de São Paulo, já que esta possui uma página diária dedicada à ciência.

4. O Discurso do Jornalismo Ambiental

O discurso é um espaço em que há a articulação entre o poder e o saber. Nesse lugar a fala é criada por alguém, de algum lugar, a partir de um direito reconhecido constitucionalmente. Segundo Pippi (*apud* SILVEIRA, 2003, p.184), o “discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber (o institucional), é gerador de poder”, o que pode justificar o receio de certos pesquisadores colocarem nas mãos dos jornalistas seus estudos, já que eles podem dar margem a outras decodificações.

Levando-se em conta a Análise do Discurso, Eni Orlandi (2001) diz que ao produzir um texto, o autor prende o leitor em uma textualidade construída a partir de seus gestos de interpretação. A formulação do discurso é um efeito-leitor que o institui e o representa no mesmo modo em que ele se apresenta na circulação dos sentidos em uma determinada sociedade.

O Discurso do Jornalismo Ambiental não é um discurso isolado, mas sim a soma dos discursos científico ambiental e jornalístico. Ao contrário do que muitos pensam, o Discurso do Jornalismo Ambiental não se resume a uma tradução da linguagem especificadamente do meio da ciência ambiental, mas sim uma articulação entre dois discursos distintos que se produz pela injunção a seu modo de circulação, estipulando trajetórias para a convivência social com a ciência. Orlandi (2001, p.151) diz sobre o Discurso Científico algo que é de igual conveniência para o Ambiental: “o discurso de divulgação científica é textualização jornalística do discurso científico”, pois deseja colocar de uma forma acessível às formas de informação científica. Para esclarecer, ela afirma que o Jornalismo Científico, na área do discurso, é transferência, ou seja, ocupa uma posição-sujeito específica determinada, onde o resultado não é substituição nem mera soma. Essa transferência remete à produção de efeito metafórico pelo qual alguma coisa que significava de uma maneira, passa a produzir um efeito de sentido diferente. No Discurso do Jornalismo Ambiental valem os mesmos preceitos. O discurso é constituído de um transpassar de saberes oriundos da ciência ambiental que se alterna e funde aos conhecimentos empíricos daqueles que a vivenciam (todos nós).

O Discurso do Jornalismo Ambiental é uma espécie de casamento entre o discurso científico relativo ao Meio Ambiente, repleto de certas normas e padrões



considerados rígidos e universais impostos pela singularidade do campo científico, com o discurso jornalístico, coloquial, objetivo, factual e simples. Além disso, ele pressupõe uma espécie de Discurso Pedagógico intrínseco nesse casamento, ou pelo menos o deveria ter, bem que a promoção da alfabetização ambiental e científica reforça o papel do jornalismo.

Dessa forma, é perceptível que os elementos encontrados nesse discurso devem ser de fácil compreensão, atraentes e inteligíveis, a fim de propor uma leitura prazerosa e conscientizadora.

5. A Análise do Discurso na Notícia Ambiental

Pêcheux (*apud* MAINGUENEAU, 1997, p.11) trata da Análise do Discurso como dependente das ciências sociais:

“A Análise do Discurso não pretende se instituir como especialista da interpretação, dominando ‘o’ sentido dos textos; apenas pretende construir procedimentos que exponham o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito (...). O desafio crucial é o de construir interpretações, sem jamais neutralizá-las seja através de uma minúncia qualquer de um discurso sobre o discurso, seja no espaço lógico estabilizado como pretensão social”.

A Análise do Discurso é, por assim dizer, o estudo da relação da linguagem com sua exterioridade, concebendo a linguagem como a mediação necessária entre o homem e sua realidade social. Milton José Pinto (2002, p.27) declara que “a Análise do Discurso não se interessa tanto pelo que o texto diz ou mostra, pois não é uma interpretação semântica dos conteúdos, mas sim em como e por que o diz e mostra”.

A Análise do Discurso que se apresenta foi instituída a partir de alguns elementos que pertencem à Análise do Discurso Francesa. O Meio Ambiente é tratado aqui pelo ângulo investido pela mídia impressa nomeada Folha de São Paulo, em sua editoria especializada em ciência.

O enunciador é aquele que faz as escolhas de tempo, espaço, figuras, termos e categorias a fim de dar uma informação. É ele que constrói os enunciados, que passando a ser narrativas, irão compor um discurso. O enunciatário é aquele que atua na recepção desse discurso. Conforme Peruzzolo (2004), tanto enunciador como enunciatário são tidos como sujeitos da enunciação, por ser considerado que ambos desempenham função na construção dos sentidos e significados do enunciado: um organizando-o para transmiti-los e outro o reorganizando pelo seu trabalho de leitura. Mas afinal o que é o



discurso? Maingueneau (2004, p.52) vê o discurso como o “sintoma de uma modificação em nossa maneira de conceber a linguagem”, ou seja, é uma organização de termos que se situa além da frase, possuindo características próprias, como o fato de ser sempre orientado (desenvolve-se ao longo do tempo, linearmente), de ser uma forma de ação (porque falar é uma forma de ação sobre o outro), de ser interativo (mobiliza dois coenunciadores, para não falar enunciador e enunciatário), de ser contextualizado (não é possível atribuir um sentido em um enunciado deslocado de contexto), de ser assumido por um sujeito (o discurso só se o faz enquanto remete a ele um sujeito), de ser regido por normas (nenhum ato de enunciação pode efetuar-se sem justificar seu direito de apresentar-se tal como é) e, por último, pelo fato de ser considerado no bojo do interdiscurso (ele só tem sentido no interior do universo de outros discursos).

Assim, apoiada em Orlandi, atenta-se para o aspecto de que discurso, na Análise do Discurso, não possui a mesma definição de um texto, em que o emissor transmite uma mensagem (informação) ao receptor, mensagem essa que foi construída em um determinado código referindo a algum elemento da realidade, chamado referente. Na conjuntura em que trabalhamos, a mensagem não equivale ao discurso, pois esse último é o efeito de sentidos entre locutores.

Já o enunciado é, levando-se em conta a mesma autora, apenas a marca verbal do acontecimento que é a enunciação. A enunciação, então, é tida como o realizar, o processo de criação do enunciado.

Em relação à análise da sintaxe discursiva podemos observar as maneiras de construção dos efeitos de enunciação (ou modos de relação do sujeito de enunciação com o discurso) apresentado no corpus do trabalho. Em primeiro lugar o sentido de afastamento do enunciador (aquele que remete a informação) em relação ao enunciatário (o que a recebe) pode ser detectado pelo uso constante da terceira pessoa do verbo na narrativa analisada, por sinal muito comum na construção da notícia em prol da produção de efeito da objetividade e imparcialidade. A narrativa verificada (matéria da Folha de São Paulo) é estruturada com base nas padronizações de tempo e espaço do formato jornalismo. Para Mouillaud (*apud* PERUZZOLO, 2004, p.141), “o nome de um jornal é o grande sujeito da enunciação, o dispositivo enunciante”.

As citações são destaques dados à narrativa com o intuito de enfatizar a informação na autoridade de outro falante. Na matéria da FSP, os cientistas exercem esse papel. Peruzzolo (2004, p.167) diz que:

“citar é esconder-se sob a capa do citado, como se o dito, de novo –agora e aqui- fosse repetido pelo seu autor. Na verdade, o dito (em outro lugar) é atualizado pela ação do sujeito de enunciação que, então, torna sua afirmação ao redizê-la. A estratégia de ocultamento apenas visa ao apagamento da responsabilidade”.

Os efeitos de referencialidade ou de construção de sentido de realidade são, em sua maioria, firmados pela ancoragem, procedimento utilizado na semântica discursiva. Consiste em contextualizar a informação com o real a partir de datas, espaços geográficos conhecidos, fatos históricos, fotografias, pronunciamentos de pessoas renomadas e afins. No corpus determinado, o efeito de referencialidade atrela-se às fotografias das rãs, a menções à Mata Atlântica e à Floresta Tropical de Altitude de Monteverde, aos países Brasil e Costa Rica, à Universidade da Califórnia em Berkeley e à USP, aos Estados de Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo, além dos nomes de pesquisadores e das referências de tempo: “ano passado”, “acaba de ser identificado”, primeiro registro de contaminação entre os espécimes de museu, de 1981”, “há duas semanas”, e outros verbos que remetem à cronologia. A ancoragem é a forma de edificar a ilusão de realidade em cima dos elementos citados acima.

A Encenação ou a Cena de Enunciação é outra forma de apresentação do real, estando este real investido pelo discurso. Maingueneau (2004) diz que um texto não é composto por signos inertes, mas sim um rastro deixado por um discurso em que a fala foi encenada. Observando o texto em análise, pode-se chegar a conclusão que mais de uma Encenação pode se fazer presente: a que remete ao tipo de discurso e aquele relacionado ao gênero. O tipo significa dizer o formato do discurso, que, nesse caso, é a matéria jornalística. Já o gênero especifica o espaço e o conteúdo: aqui temos a temática ambiental, particularmente a extinção de anfíbios ligada a anomalias climáticas, veiculada em uma editoria sobre ciência. Ainda podemos ter uma terceira Encenação, que seria a da fonte do discurso (o repórter) retratando as informações sobre o fungo que mata os anfíbios. Estas Encenações recebem nomenclaturas diferenciadas já que cada uma enfoca um aspecto do discurso. Consagrou-se chamar Cena Englobante a que corresponde ao tipo do discurso, de Cena Genérica ao que remete ao gênero e de Cenografia a cena que é construída pelo texto. Ainda há o conceito de Quadro Cênico estipulado para definir a união das Cenas Englobante e Genérica, isto é, do espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido.

Passa-se então para a explicação da paráfrase e da polissemia: mecanismos da linguagem que traçam limites estritos entre o mesmo e o diferente no decorrer do

discurso. A paráfrase está alicerçada na memória, no seu uso algo sempre se mantém. Segundo Orlandi (2005, p.36), “representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo saber sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização”. Ao contrário, a polissemia revela deslocamento e rupturas nos processos de significação, jogando com a instabilidade, com os equívocos.

Quanto às Leis do Discurso, convenções tácitas firmadas a partir de certos princípios que resumem o que D. Miangueneau nomeou de Pacto de Veridicção. Esse pacto é uma espécie de contrato de comunicação, uma cumplicidade estrutural mantida pelas funções dos sujeitos que atuam nos papéis enunciativos, ou seja, alguém que fala convence o alguém que é convencido, aceitando dessa maneira o enunciado do primeiro. Estas Leis possuem papel significativo na interpretação dos enunciados pois constituem um conjunto de normas às quais os interlocutores devem respeitar. Para Grice (*apud* MAINGUENEAU, 2004, p.32), referidas leis são dependentes de um princípio maior, o qual ele chama de cooperação: “que sua contribuição à conversação, no momento em que acontece, esteja de acordo com o que impõe o objetivo ou a orientação da troca verbal da qual você está participando”. O dito princípio se faz valer em todas as formas de enunciação e age com o intuito de fazer os interlocutores compartilharem um certo quadro com o reconhecimento de seus deveres e direitos, assim como os mesmos do outro. Assim, o pacto de veridicção e o princípio da cooperação possuem finalidades idênticas, apesar de nomeações diferentes em função de seus autores. Estudando-se o corpus, vê-se que os meios de comunicação analisados procuram apresentar-se de acordo com a demanda de seus públicos-alvos. A Folha de São Paulo, em virtude de ter uma editoria fixa do assunto, demonstra haver um público relevante para o espaço: o indivíduo que lê as matérias desse jornal já pertence a um corpo de práticas sociais condizentes com os propósitos das representações de linguagem instituídos nas práticas de comunicação de tal veículo, já sabe o que irá encontrar, de que modo, com quais enfoques.

A heterogeneidade pode manifestar-se em dois planos distintos, ambos denominados por Mikhail Bakhtin (*apud* PINTO, 2002) de *polifonia*: o da heterogeneidade mostrada (localizável pelos receptores e intérpretes a partir do contexto situacional imediato) e o da heterogeneidade constitutiva (gerado pelo entrelaçamento de vestígios de outros textos). A polifonia é tida como um conjunto de vozes que são percebidas simultaneamente no discurso. Ducrot (*apud* MAINGUENEAU, 1997) enxerga a polifonia quando é possível distinguir em uma enunciação dois tipos de



personagens: os enunciadores e os locutores. Os discursos direto e indireto são as manifestações mais clássicas da heterogeneidade enunciativa, o que pode ser notado nas alternâncias entre as falas do repórter (terceira pessoa) e as citações (em primeira pessoa).

A partir dos quesitos levantados nessa pequena Análise do Discurso Ambiental, o que nos chama atenção é a persistência nos efeitos de realidade encontradas na matéria em foco. As demais características parecem ser mais comuns às notícias jornalísticas veiculadas em mídias impressas. Realçam-se as traduções de termos poucos conhecidos no senso comum, a presença de nomes científicos e o tom apocalíptico dado ao conteúdo.

Referências Bibliográfica

BOAS, Sérgio Vilas (org.). Formação e Informação Científica – Jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Summus, 2005.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Científico: Conceitos e Funções. São Paulo: Ciência e Cultura, 1985.

BURKETT, Warren. Jornalismo Científico: Como escrever sobre ciência, medicina e alta tecnologia para os meios de comunicação. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

CIÊNCIA E AMBIENTE. Santa Maria: UFSM, v. 23, julho/dezembro, 2001.

ERBOLATO, Mário. Técnicas de Decodificação em Jornalismo – Redação, Captação e Edição no Jornalismo Diário. São Paulo: Ática, 1991.

MAGALHÃES, Izabel. As múltiplas faces da linguagem. Brasília, DF: Editora UnB, 1996.

MAINGUENEAU, Dominique. Análise de Textos de Comunicação. São Paulo: Cortez, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. Novas Tendências em Análise da Comunicação. Campinas-SP: Pontes, 1997.

MASSARANI, Luisa; TURNEY, Jon; MOREIRA, Ildeu de Castro. Terra Incógnita: a interface entre ciência e público. Rio de Janeiro: Vieira & Lent: UFRJ, Casa da Ciência: FIOCRUZ, 2005.



NETO, Antônio Fausto. Comunicação e Mídia Impressa – Estudo sobre a AIDS. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

OLIVEIRA, Fabíola. Jornalismo Científico. São Paulo: Contexto, 2002.

ORLANDI, Eni P. Análise do Discurso. Campinas, SP: Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni P. Discurso e Texto – Formulação e Circulação dos Sentidos. Campinas-SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni P. Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

PERUZZOLO, Adair Caetano. Elementos da Semiótica da Comunicação – Quando aprender é fazer. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

PINTO, Milton José. Comunicação e Discurso. São Paulo: Hackers Editores, 2002.

SILVEIRA, Ada Cristina M. (org.). Divulgação Científica e Tecnologias de Informação e Comunicação. Santa Maria-RS: UFSM, 2003.

Bibliografia on line:

André Trigueiro. O jornalismo não pode se omitir. Disponível em: <<http://www.ecopop.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>> Acesso em 29/04/06, às 23h 15min.

Ilza Maria Tourinho Girardi. Jornalismo Ambiental : ética e Cidadania. Disponível em <<http://www.jornalismocientifico.com.br/artigojornaambientalilzagirardi.htm>>. Acesso em 30/04/06, às 11h.

Wilson Bueno. Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente à Distância. Disponível em: <<http://www.comtexto.com.br>>. Acesso em 25/04/06, às 9h 35min.